



**Prefeitura Municipal de Bom Despacho**  
**Estado de Minas Gerais**  
**Gabinete do Prefeito**

02  
JM

Of. nº 57/2023/GPBCN

Bom Despacho, 06 de fevereiro de 2.023

À Sua Excelência a Senhora  
Sâmara Mara Aparecida e Silva  
Presidente da Câmara Municipal  
Rua Marechal Floriano Peixoto, 40 – Centro  
35.630-034 – Bom Despacho-MG

**Assunto:** Encaminha Projeto de Lei que dispõe sobre a alteração da Lei Municipal nº 1.561/96 – Código Ambiental – e dá outras providências.

Senhora Presidente,

Encaminhamos a Vossa Excelência o presente Projeto de Lei que dispõe sobre a alteração da Lei Municipal nº 1.561 de 30 de abril de 1.996 – Código Ambiental – e dá outras providências.

A citada lei municipal dispõe sobre a política de proteção, controle e conservação do meio ambiente, tendo sofrido algumas alterações ao longo do tempo, mas algumas de suas previsões ou a falta delas têm inviabilizado a fiscalização de empreendimentos ou atividade potencialmente causadoras de significativa degradação ambiental.

Por exemplo, a falta de aplicação de penalidade para empresas que instalam e exercem atividades que causam ou possam causar impacto ambiental sem o devido alvará ambiental tem gerado ineficiência na fiscalização exercida pela Secretaria de Meio Ambiente.

De igual forma, a exigência de concessão de alvará ambiental das empresas que são obrigadas a passar pelo crivo do licenciamento ambiental municipal, previsto na Deliberação Normativa Copam nº 213/2017, trata-se de uma obrigação dupla, que onera o empreendedor.

Outras alterações pretendem regulamentar a vigência do alvará ambiental e o processo de renovação da expedição do documento.

Saliento que tais alterações atendem ao interesse público, pois a regulamentação do alvará ambiental tornará a fiscalização municipal mais eficiente face aos empreendimentos potencialmente degradadores ao meio ambiente cumprindo, assim, a garantia constitucional de um meio ambiente equilibrado.

Pela relevância do projeto e por sua urgência, conto com o apoio dos nobres vereadores dessa Casa para que seja analisado, votado e aprovado com a brevidade que a medida recomenda.

Atenciosamente,

BERTOLINO DA  
COSTA NETO  
50700553649  
Bertolino da Costa Neto

Analisado digitalmente por BERTOLINO DA COSTA NETO:  
50700553649  
DIRETOR: CIBR, OCEP, DIBR, OJAC, SOUTI, OJAC, SOUTI  
Pelo Sistema V2, OJAC SOUTI, OJAC SOUTI  
MUNICIPIO: 214318000115, OJAC SOUTI, OJAC SOUTI  
CIBR: BERTOLINO DA COSTA NETO: 50700553649  
Resolvi: Eu sou o autor deste documento  
Localização: sua localização de assinatura aqui  
Data: 2023.02.06 11:03:24-0307  
Firmado: Bertolino da Costa Neto: 11.2.1

**Prefeito Municipal**



## Prefeitura Municipal de Bom Despacho

Estado de Minas Gerais

Gabinete do Prefeito

Projeto de Lei nº 04/2023.

*Altera o art. 7º e Anexo II da Lei Municipal nº 1.561/96 – Código Ambiental – e dá outras providências.*

O Prefeito Municipal de Bom Despacho/MG, no uso de suas atribuições, especialmente o disposto no inciso IV do art. 87, encaminha o presente Projeto de Lei para posterior tramitação legal nessa Egrégia Casa.

**Art. 1º** Fica alterado o art. 7º Lei Municipal nº 1.561, de 30 de abril de 1.996, passando a ter a seguinte redação:

*“Art. 7º Dependerá de alvará ambiental os empreendimentos que exerçam as atividades listadas no Anexo I desta lei, exceto aqueles passíveis de licenciamento ambiental municipal, previstos na Deliberação Normativa Copam nº 219/2018 ou outra que venha substituir.”*

**Art. 2º** Ficam acrescidos os §§1º, 2º, 3º, 4º, 5º e 6º no art. 7º Lei Municipal nº 1.561, de 30 de abril de 1.996, com as seguintes redações:

*“§1º Nenhum empreendimento que exerça as atividades listadas no Anexo I poderá instalar-se, iniciar as atividades e operar sem alvará ou com o referido documento vencido.*

*§2º Constatado que o Empreendimento está em desconformidade com o estabelecido no parágrafo anterior, o responsável será notificado para que no prazo de 30 (trinta) dias a contar do recebimento da Notificação regularize a situação junto a Prefeitura Municipal, sob pena de multa e embargo das atividades até a regularização.*

*§ 3º O alvará ambiental terá validade de 2 (dois) anos.*

*§4º A renovação do alvará ambiental deve ser requerida com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da expiração do seu prazo de vigência, ficando este automaticamente prorrogado até a expedição de novo alvará.*

*§5º Será arquivado o processo de renovação de alvará quando o requerente não proceder a entrega dos documentos no prazo estipulado pelo órgão ambiental, cessando, assim, a prorrogação prevista no parágrafo anterior automaticamente.*

*§6º A desnecessidade de alvará ambiental prevista no caput, não exime o empreendimento da necessidade de possuir os demais alvarás municipais necessários a atividade desenvolvida nos termos da legislação.*

**Art. 3º** Fica acrescida multa no Anexo II, da Lei 1.561, alterada pela Lei 1953/2004, com seguinte redação:

Art. 7º, §2º	R\$350,00
--------------	-----------





**Prefeitura Municipal de Bom Despacho**  
**Estado de Minas Gerais**  
**Gabinete do Prefeito**

04  
Jm

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Bom Despacho, 06 de fevereiro de 2023, 111º ano de emancipação do Município.

BERTOLINO DA  
COSTA NETO:  
50700553649

Assinado digitalmente por BERTOLINO DA COSTA  
NETO:50700553649  
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Autoridade Certificadora  
Raz: Brasileira v2, OU=AC SOLUTI, OU=AC SOLUTI  
Municipal, OU=32143163000110, OU=Certificado PF  
A3, CN=BERTOLINO DA COSTA NETO:50700553649  
Razão: Eu sou o autor deste documento  
Data: 2023.02.06 11:05:52-02'00'  
Post: PDF Reader Versão: 11.2.1

Bertolino da Costa Neto

**Prefeito Municipal**